

*Breves reflexões sobre a construção de imaginários sociais sobre o trabalhador no estado novo (1937-1945) e no primeiro peronismo (1946-1955)**

JULIO MANUEL PIRES^{*1}

Universidade de São Paulo

MAYRA COAN LAGO^{*2}

Universidade de São Paulo

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de apresentar breves reflexões acerca da construção dos imaginários sociais sobre o trabalhador, forjados no Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e no Primeiro Peronismo de Juan Domingo Perón (1946-1955) e, posteriormente, compará-los. Para lograr o objetivo analisaremos a dupla dimensão do discurso oficial nestes governos: a simbólica, a partir dos discursos políticos de Vargas nas festas cívicas dos 10 de novembro e Primeiros de Maio no Brasil, entre os anos 1937-1945, e os de Perón nas festas cívicas dos 17 de outubro e Primeiros de Maio na Argentina, entre os anos 1946-1955; e a “material”, a partir do estudo de parte da legislação promulgada neste período. A partir do estudo da dupla dimensão destes governos propomos a ideia de uma reinvenção dos imaginários sociais sobre o trabalhador no varguismo e no peronismo.
Palavras-chave: Trabalhador; Varguismo; Peronismo.

Abstract: This paper aims to present brief reflections about the construction of the social imaginary about the worker in the Estado Novo of Getúlio Vargas (1937-1945) and in the First Peronism of Juan Domingo Perón (1946-1955) and, then, compare them. To achieve the objective we will analyze the double dimension of the official discourse on these governments: the symbolic, from the political discourse of Vargas in civic festivals of November 10 and May Day in Brazil between the years from 1937 to 1945, and Perón in civic festivals of October 17 and May Day in Argentina, between the years 1946-1955; and “material” from the study of the legislation enacted during this period. From the study of the double dimension of these governments we propose the idea of a reinvention of the social imaginary about the worker in the Varguism and in the Peronism.

Keywords: Worker; Varguism; Peronism.

* Recebido em 10 de setembro de 2015 e aprovado para publicação em 13 de outubro de 2015.

^{*1} Atualmente é professor doutor do Departamento de Economia da FEA-RP/USP e professor titular do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP. E-mail: jmpires@usp.br.

^{*2} Mestre pelo Programa Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). E-mail: mcoann@hotmail.com.

Introdução

A chegada ao poder de Getúlio Vargas no Brasil, na década de 1930, e Juan Domingo Perón na Argentina, na década de 1940, implicou, em cada um dos países, uma série de transformações nos âmbitos político, econômico, social e cultural. Os governantes, embora estivessem inseridos em contextos distintos, consideravam que a mudança era imprescindível para a “continuidade” de seus países e, assim, eles deveriam ser os “verdadeiros” representantes destes “novos países”.

No Estado Novo de Vargas e no Primeiro Peronismo de Perón, o papel do Estado, do governante e da sociedade seriam repensados. Para os governantes, seus governos deveriam possibilitar a entrada em cena política nacional de uma parte da sociedade “esquecida” até então, associada ao Estado: os setores populares. Dentre a gama dos atores políticos que compunham os “setores populares”, identificamos os trabalhadores como àqueles que receberam especial atenção dos governantes, sendo sua força política e apoio fundamentais para a realização dos projetos políticos propostos.

Para tratarmos do que compreendemos por imaginários sociais, utilizaremos as contribuições de Bronislaw Bazcko (1985) e de Patrick Charaudeau (2013), para apresentarmos alguns aspectos do que entendemos por imaginários sociais, de seu papel nas sociedades e a sua relação com a dimensão política. O primeiro dos aspectos a ser mencionado é que os imaginários sociais não são aquilo que se opõe à realidade. Como constatou Bazcko (1985), os sistemas de representação produzidos em diferentes épocas associaram o “verdadeiro” e o “ilusório”, por meio de um jogo complexo e dialético. A partir das ilusões que uma época cria de si própria, ela manifesta e esconde, ao mesmo tempo, a sua “verdade”, tal como o lugar que lhe cabe na história.

O segundo aspecto a ser sublinhado é que os imaginários sociais são construídos. Dizer que são construídos não significa afirmar que sejam construções rígidas, senão que seus elementos são selecionados, relacionando significantes (imagens, palavras) e significados (representações) que fazem sentido para determinada sociedade, época, contexto, grupo, entre outros. O terceiro aspecto é relacionado à multiplicidade e a heterogeneidade

destes imaginários sociais, que vão ter as particularidades e especificidades de acordo com as classes, sociedades, países e do contexto sócio-histórico em que forem produzidos e (re) produzidos.

No centro do imaginário social se encontra o problema do poder legítimo ou o problema da legitimação do poder. A elaboração de imaginários sociais é parte integrante de qualquer regime político e é por meio dos imaginários sociais que se pode atingir não apenas a cabeça, mas também o coração. Para desempenhar seu papel de “espelho identitário”, os imaginários fragmentados, instáveis e essencializados têm necessidade de ser materializados. Se por um lado os imaginários sociais precisam ser materializados, por outro, precisam ser sustentados por uma racionalização discursiva, o que Charaudeau (2013) denominaria como imaginários sociodiscursivos, isto é, os imaginários sociais que existem e são reproduzidos nos discursos, sobretudo nos discursos políticos.

A partir das considerações apresentadas que este trabalho está inserido e tem como objetivo principal estudar a construção dos imaginários sociais sobre o trabalhador, produzidos pelo discurso oficial, no varguismo e no peronismo e, posteriormente, compará-los. Para lograr o objetivo, selecionamos os discursos políticos de Vargas e Perón nas festas cívicas dos 10 de novembro e Primeiros de Maio no Brasil, entre os anos 1937-1945, e os de 17 de outubro e Primeiros de Maio na Argentina, entre os anos 1946-1955, durante estes governos, combinando-as com a legislação trabalhista e a política social promulgada no período.

Concordamos com Mariano Plotkin (2013) ao afirmar que os espetáculos de poder, tomando como destaque as festas cívicas mencionadas, compunham o calendário festivo do Estado Novo e do Primeiro Peronismo a fim de produzirem e reproduzirem imagens de legitimidade, coesão e apoio dos brasileiros e argentinos, sobretudo dos trabalhadores, aos “grandes líderes” da nação e a obra de reconstrução que estava sendo realizada, em que se reafirmava a distinção entre o “velho” e o “novo” Brasil e Argentina.

Selecionamos os discursos políticos das datas 10 de novembro e 17 de outubro, pois representavam o marco fundacional do varguismo e do peronismo, momento em que os governantes comemoravam, no sentido de recordar, as condições que propiciaram a chegada ao poder, tal como

reafirmavam os projetos políticos nacionais e os principais participantes, isto é, os trabalhadores. Enquanto o Primeiro de Maio foi selecionado por ser uma data expressiva para o proletariado mundial e por ser o momento que Vargas e Perón divulgavam as próximas políticas relacionadas ao mundo do trabalho, isto é, a legislação trabalhista. A segunda razão é pelo fato do Primeiro de Maio ser historicamente uma data expressiva para os trabalhadores, que foi apropriada e ressignificada por Vargas e Perón a fim de reforçar a identificação e os “elos” entre eles e os trabalhadores, informar e ressaltar o papel e os imaginários sociais dos trabalhadores em seus governos e divulgar as próximas políticas relacionadas ao mundo do trabalho, isto é, a legislação trabalhista.

Vale dizer que embora trabalhemos com o discurso oficial, o estudo foi inspirado em trabalhos como os de Ângela de Castro Gomes (2002), Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero (2012), Jorge Ferreira (2001), Juan Carlos Torre (2012), Daniel James (2013), entre outros, por considerarem o trabalhador como sujeito e ator social, tal como as suas formas de resistência, e por se dedicarem a estudos com temáticas específicas, relativizadas e críticas. Finalmente, este estudo está estruturado em duas grandes partes, além desta introdução e das considerações finais: a primeira tratará da construção dos imaginários sociais pelo discurso oficial no Brasil e a segunda tratará desta construção na Argentina.

Trabalhadores do Brasil: os trabalhadores nos discursos políticos de Getúlio Vargas (1937-1945)

O vocativo “Trabalhadores do Brasil”, amplamente utilizado nos discursos políticos de Vargas, é significativo para pensarmos a respeito do público a quem era dirigido grande parte dos discursos políticos: os trabalhadores, principalmente com relação aos imaginários sociais forjados neste momento. Apesar de o vocativo ter sido utilizado pela primeira vez em 1938, vale dizer que as imagens do tempo “novo” em contraposição ao tempo “velho”, as novas imagens do trabalho e do trabalhador, as imagens de reformulação do trato da questão social- de questão de polícia

para questão governamental-, as imagens do papel do Estado como mediador dos conflitos sociais- do Estado como o grande conciliador das classes, sobretudo a partir da criação do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio em 1931-, as imagens sobre a relação do Estado com os trabalhadores e do governante com os trabalhadores brasileiros começaram a ser forjadas no início da década de 1930, sobretudo a partir da autodenominada “Revolução de 1930”.

Também é do período anterior ao Estado Novo, sobretudo entre os anos de governo Constitucional (1934-1937), que o discurso oficial começaria a se utilizar da combinação entre a dimensão simbólica-ou seja, a construção e reprodução das novas imagens sobre o trabalho e o trabalhador- combinada com a dimensão “material”, isto é, a legislação trabalhista que começava a ser criada, apesar de grande parte da legislação ter sido promulgada e divulgada nos anos do Estado Novo, como presentes das festas do Primeiro de Maio.

Também vale lembrar que, neste momento anterior, a imagem de Vargas associada ao “novo” momento e tempo, sobretudo relacionada ao mundo do trabalho, como o “pai” e grande “líder” dos trabalhadores, também começava a ser construída pelo discurso oficial- seja pelos discursos políticos de Vargas, pelos discursos políticos dos Ministros do Trabalho ou pela propaganda política do período-, ou seja, não era uma imagem consolidada. Outro aspecto que deve ser recordado é que a outra face da reconfiguração do discurso oficial sobre a relação do Estado com os trabalhadores, isto é, tanto a tentativa de apagamento da histórica luta do movimento dos trabalhadores na Primeira República, tal como do papel, da atuação e da organização política de parte dos trabalhadores brasileiros, quanto a violência e a repressão aos movimentos dos trabalhadores e aos demais opositores do regime, já estava em voga.

Ainda que os aspectos mencionados tenham raízes no governo “Provisório” e, posteriormente, “Constitucional”, é no Estado Novo que seriam consagrados. No dia 10 de novembro de 1937, Vargas reiniciava o governo que perduraria por quase uma década. Novamente, o “projeto político” de Vargas, anunciado no dia do golpe, tinha como principal objetivo a reconstrução do Brasil a começar por um “novo” tipo de

governo, governante, brasileiros e trabalhadores. Para Vargas, o Estado Novo inaugurara e introduzira na cena e na política brasileira um novo ator de fundamental importância: o trabalhador.

Deste modo, no Estado Novo houve uma intensificação do uso das novas imagens mencionadas, tal como do papel de Vargas, dos trabalhadores para a reconstrução do Brasil e das “benesses” “concedidas” aos trabalhadores pelo Estado. Dentre as formas de reprodução das imagens que estavam sendo construídas, os espetáculos de poder, sobretudo os que comemoravam os 10 de novembro e os Primeiros de Maio tinha importância especial, uma vez que demarcavam o encontro entre o líder e a “massa”, momento no qual também era reafirmado a distinção do “velho” e do “novo” tempo.

Com relação aos espetáculos de poder selecionados, ainda que tivessem especificidades, havia algumas características em comum, como: apresentações artísticas; os discursos políticos do governante; e a exaltação ao governante, por “proporcionar” as benesses trabalhistas, a partir da presença e dos desfiles, natural ou forçado, dos trabalhadores sindicalizados com placas de apoio aos governantes (LAGO, 2015). No caso dos Primeiros de Maio, os espetáculos continham uma programação mais extensa, e, a partir de 1940, ocorriam nos estádios, tomando uma proporção maior de espetáculo, que eram compostos por discursos políticos também dos membros do MTIC e “presentes” durante a festa, como a legislação trabalhista do período.

Retomando a distinção entre o “velho” e o “novo” tempo e momento, o primeiro era marcado pela injustiça social, pela miséria dos trabalhadores, pela ausência de direitos do trabalhador, pela luta entre trabalhadores e patrões, entre outros, enquanto o segundo era marcado pela reformulação do trato da questão social, a partir de 1930, que implicava, necessariamente, por um momento marcado pela justiça social, por melhores condições de vida e de trabalho, pela criação dos direitos do trabalhador e pela conciliação entre empregados e patrões.

Estas distinções estavam amparadas em uma noção de trabalhador/cidadão mais ampla, definida pelo Estado Novo, que considerava a dimensão privada e pública do homem em relação ao trabalhador/

cidadão, isto é, membro socialmente útil do Estado (CAPELATO, 2009). Neste sentido, o trabalho, antes forma de escravidão, passara a ser visto como forma de emancipação da personalidade, que valorizava o homem e tornava-o digno de respeito e de proteção da sociedade. Estes aspectos foram frequentemente mencionados nos discursos políticos dos Primeiros de Maio, como podemos notar no de 1938: “O trabalho é o maior fator da elevação da dignidade humana! Ninguém pode viver sem trabalhar; e o operário não pode viver ganhando, apenas, o indispensável para não morrer de fome! O trabalho justamente remunerado eleva-o na dignidade social” (VARGAS, 2011, p. 204).

O trabalhador deveria ser melhor remunerado para não apenas elevar seu padrão de vida, mas também aumentar o consumo e melhorar as condições do mercado interno. Neste sentido, não foi por acaso que o imaginário coletivo da malandragem cantada nos sambas, sobretudo cariocas, passaria a ser combatido com a produção de imagens negativas, pelos órgãos do governo, com relação ao malandro, evocando a necessidade e importância do trabalho, para a reconstrução do Brasil moderno, industrializado e engrandecido. Como mencionado no discurso de 1940: “[...] o trabalho bem feito é uma alta forma de patriotismo, como a ociosidade uma atitude nociva e reprovável” (VARGAS, 2011, p. 291).

Se nos discursos havia um “velho” e um “novo” tempo, também havia um “velho” e um “novo” trabalhador.¹ O “velho” trabalhador não era reconhecido, respeitado, organizado e educado e, portanto, não tinha seus direitos garantidos. Ademais, Vargas procurou apagar a organização e a luta histórica dos trabalhadores e inventar outra história, mostrando que apenas a partir do seu governo os trabalhadores passariam a se organizar,

¹ Vale dizer que a menção mais geral, “trabalhadores”, referia-se a imagens mais específicas, isto é, aos trabalhadores urbanos e aos trabalhadores rurais. Embora ambos fizessem parte desse “grande” projeto político, cada categoria teria sua função relacionada a imagens específicas: os trabalhadores urbanos teriam suas imagens relacionadas à industrialização, à modernização, à máquina, ao enriquecimento do Brasil; enquanto os trabalhadores rurais teriam suas imagens relacionadas à tradição, à nacionalidade e à produção para o consumo nacional e internacional. Além dessas duas categorias, Vargas também reproduziria imagens relacionadas ao trabalhador relacionado à família e, nesse sentido, à ampliação de benefícios aos demais membros (LAGO, 2015).

sem precisar lutar, uma vez que o Estado lhes proporcionava as benesses antes mesmo de eles solicitarem. As “novas” imagens seriam amplamente utilizadas nas comemorações dos Primeiros de Maio:

Falando em momento como este, diante de uma multidão que vibra de exaltação patriótica, não posso deixar de pensar como os nossos governantes permaneceram, durante tanto tempo, indiferentes à cooperação construtiva das classes trabalhadoras. Relegados a existência vegetativa, privados de direitos e afastados dos benefícios da civilização, da cultura e do conforto, os trabalhadores brasileiros nunca obtiveram, sob os Governos eleitorais, a menor proteção, o mais elementar amparo. Para arrancar-lhes o voto, os políticos profissionais tinham de mantê-los desorganizados e sujeitos à vassalagem dos cabos eleitorais (VARGAS, 2011 [1942], p. 292).

Ainda com relação à esfera governamental, Vargas procurou frisar que, a partir de seu governo, os trabalhadores seriam considerados valores humanos, teriam seus direitos garantidos, e, portanto, não apenas fariam parte do projeto político como seriam também os maiores beneficiados, sobretudo com a legislação trabalhista. Outro aspecto que deve ser mencionado é a combinação, pelo discurso oficial, das ideias de educar e disciplinar, presentes sobretudo nos Primeiros de Maio, com os aspectos “materiais”, os presentes “doados” nestas festas.

Com relação à ideia de educar, a “disciplinarização” do trabalho auxiliou na criação do epíteto “pai dos pobres”. Para Capelato (2009), tal epíteto sustenta a ideia do “povo criança” e do “pai”, que educa seus filhos e, em troca de bom comportamento, os presenteia. Em contrapartida, os filhos reconhecem no pai, além de educador, uma autoridade que deve ser respeitada, amada e reconhecida por seus atos. A própria imagem de Vargas também seria reinventada no Estado Novo, momento em que as imagens de Vargas como o primeiro trabalhador, para além da Carteira de Trabalho 001, seriam reforçadas. É interessante pensarmos o significado simbólico de Vargas produzir o imaginário político de primeiro trabalhador, pois revelava por um lado a tradição e a maturidade de seu trabalho e, por outro lado, o exemplo a ser seguido.

Cabe mencionar dois aspectos para compreender a relação que seria estabelecida entre governante e trabalhadores: a ideia de doação da legislação trabalhista, sobretudo no tocante à obrigação da retribuição e à questão da cidadania. Com relação à obrigação de retribuição, a mesma seria eminentemente simbólica, isto é, em troca da “doação” da legislação trabalhista, Vargas receberia a lealdade, a colaboração, a ordem e o amor dos trabalhadores. Esse “dever” de retribuição podia ser notado implicitamente em momentos dos discursos políticos de Vargas, sobretudo quando retomava o passado e mostrava a diferença nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, tal como do tratamento do governo aos trabalhadores, como podemos notar no seguinte trecho: “Comparai, olhai esse passado bem próximo, e regozijai-vos de desempenhar, conscientes das vossas responsabilidades, o relevante papel da força construtora da nacionalidade, dentro do espírito de ordem [...]” (VARGAS, 2011 [1942], p. 89).

As novas imagens do trabalhador organizado e unido seriam combinadas com a imagem, o papel e o significado da cidadania. Para nós, essa reformulação das imagens do trabalhador, combinando estes aspectos simbólicos com os “materiais”, ou seja, a legislação trabalhista da época, compõe a reinvenção dos trabalhadores no varguismo. Reinvenção porque antes dos anos 1930 houve projeções de imagens sobre os trabalhadores, pelos próprios trabalhadores como pelo Estado e, assim, a partir da entrada em cena nacional, Vargas iniciaria uma reinvenção, que teria sua consagração no Estado Novo.

Retomando o tema da cidadania, relacionada à ideia de direitos civis, políticos e sociais seria utilizada apenas na dimensão dos direitos sociais. Em outras palavras, o cidadão do Estado Novo não se definiria mais pela posse dos direitos civis e políticos, mas pela posse dos direitos sociais, sendo que a realização plena da cidadania deveria ocorrer pela promoção da justiça social.

De acordo com Gomes (2002), ser cidadão no Estado Novo era, além de integrar o mundo definido como da política, pertencer a uma totalidade: econômica, uma vez que trabalhar era produzir riquezas; jurídica, uma vez que possuía a carteira de trabalho; e moral, uma vez que o trabalho deveria ser compreendido como um dever e um direito. Ou seja, cidadania era pertencimento, relacionado diretamente à identidade nacional.

O “novo” cidadão era sinônimo de “bom” brasileiro, sendo que o “bom” brasileiro era aquele que respeitava a ordem e trabalhava pela grandeza do Brasil. O brasileiro ordeiro, trabalhador, tinha direitos decorrentes dos deveres individuais e coletivos, representados pela legislação social. Os “bons” brasileiros deveriam ser contrapostos aos “maus” brasileiros, isto é, os desempregados,² mendigos, os criminosos, os subversivos e todos os que não apoiavam a obra governamental.

Os discursos políticos das datas selecionadas de Vargas sofreriam modificações significativas a partir de 1942- marco delimitado por Gomes (2002), para demarcar o segundo momento do Estado Novo (1942-1945), sobretudo pelas mudanças conjunturais, seja no âmbito interno quanto no externo. De acordo com Capelato (2009), a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial tornou a situação ainda mais crítica. Além do aumento do custo de vida houve racionamento de produtos básicos e de gêneros de primeira necessidade. Com relação aos trabalhadores, Gomes (2002) ressalta que os “tempos de guerra” seriam marcados pela suspensão da vigência de diversos direitos trabalhistas.³

No tocante à situação política, a contradição entre lutar a favor da liberal-democracia ao lado dos Aliados na Europa e manter um regime autoritário no país foi acentuada. A partir dos anos 1940, Vargas reafirmava o diferencial do Estado Novo com relação aos demais governos existentes, procurando demonstrar que o Estado Novo era uma via alternativa ao que existia, principalmente quando relacionado ao mundo do trabalho:

² Segundo Capelato (2009), o número de desempregados nessa época era muito grande e, assim, a enorme massa dos pobres sem trabalho não se integrava na categoria de “bom” brasileiro ou mesmo de cidadão. Ficando à margem da relação presidente/povo trabalhador, essas pessoas não tinham identidade, não “existiam”, isto é, não compunham esta sociedade, além de serem vistas como perigo e ameaça à harmonia da sociedade.

³ Em agosto de 1942, por exemplo, o governo decretou a restauração da jornada de dez horas de trabalho, proibindo a utilização do instrumento legal capaz de contestar tal medida, sob o argumento do “estado de guerra”. Em outubro do mesmo ano, outro decreto suspendia o direito de férias em todas as indústrias consideradas essenciais à segurança nacional. Em dezembro, mais um decreto impedia a mobilidade do trabalho nas chamadas “indústrias de guerra”, o que transformava literalmente seus empregados em “desertores” em casos de falta e desistência do emprego.

A política trabalhista do meu Governo tem sido invariável no sentido de estabelecer a harmonia entre os fatores de produção, base do equilíbrio social e fundamento do progresso humano. A nossa organização peculiar afasta-se, igualmente, do erro dos regimes do liberalismo individualista, que legalizam a greve como elemento solucionador de conflitos, e dos estatutos de natureza totalitária, que instituíram o trabalho escravo (VARGAS, 2011 [1942], p. 448).

Além desse “diferencial”, o significado do conflito, as ameaças dele decorrentes e as suas consequências seriam amplamente utilizadas. Com a entrada do país no conflito, os trabalhadores urbanos e rurais deveriam contribuir na “batalha da produção”, momento em que produzir era a palavra de ordem enquanto a ociosidade e a desocupação eram consideradas “crimes” contra o interesse coletivo. Do mesmo modo, Vargas delegaria funções, sobretudo aos trabalhadores, que seriam os soldados de produção, atuando na “frente interna” de batalha: “[...] O nosso é o da produção. O exército sois vós, obreiros do Brasil, e o objetivo a alcançar é a libertação completa do país dos retardamentos, fraquezas e dependências do passado” (VARGAS, 2011 [1942], p. 447).

Neste contexto, o governo apelou para o patriotismo dos brasileiros, sobretudo dos trabalhadores, e pediu o sacrifício de todos pelo Brasil:

O trabalhador brasileiro nunca me decepcionou. Diligente, apto a aprender e a executar com enorme facilidade, sabe ser, também, bom patriota. A essas disposições o Governo responde com uma política trabalhista que não divide, não discrimina, mas, ao contrário, congrega a todos, conciliando interesses no plano superior do engrandecimento nacional. À medida que impulsionamos as forças de produção para favorecer o progresso geral e unificar economicamente o país, organizamos o trabalho, disciplinamo-lo sem compressões inúteis, afastando a luta de classes e estabelecendo as verdadeiras bases da justiça social (VARGAS, 2011 [1943], p. 32).

Reforçando imaginários políticos e sociais, Vargas convocava todos os trabalhadores para a luta. Mencionava o diferencial de seu governo, que criara a legislação trabalhista, conciliou as classes e estabeleceu as bases da justiça social para argumentar a importância dos trabalhadores comporem os “postos” da batalha. Também vale dizer que a imagem de Vargas “pai dos pobres” é ampliada a partir de 1942, uma vez que o “velho” trabalhador, sem direitos, desorganizado, mal educado, no segundo momento do governo Vargas, já teria sido “transformado” no “novo” trabalhador, isto é, educado, organizado e, fundamentalmente, com direitos sociais. Portanto, Vargas passaria a ser o grande “líder” dos trabalhadores.

No tocante à dimensão material, como procuramos demonstrar, a mesma era utilizada em distintos momentos, mas enaltecida, sobretudo, nos discursos políticos dos Primeiros de Maio. No ano de 1945, Vargas fez uma síntese das realizações de seu governo para os trabalhadores:

Vitoriosa a revolução de 30, uma das primeiras iniciativas do governo foi a criação do Ministério do Trabalho [...] Daí por diante a nossa atuação desenvolveu-se sem hesitações abrangendo todos os setores da legislação social a saber nacionalização do trabalho com leis dos Dois Terços; normas gerais e especiais de tutela do trabalho; duração do trabalho no comércio, na indústria, nos serviços públicos e atividades privadas; concessão de férias; proteção ao trabalho da mulher e do menor; contrato individual e contrato coletivo de trabalho; organização sindical; fiscalização das leis trabalhistas; justiça especial do trabalho; estabilização no emprego e indenização por acidentados; higiene, alimentação e ensino do trabalhador, com a instalação de refeitórios populares, escolas de ofícios ;[...] instituição do salário mínimo, suas adaptações às condições regionais; salário adicional e possibilidade de novas revisões; amparo econômico a todas as classes de trabalhadores, com a organização dos Institutos e caixas que distribuem os benefícios comuns e especiais do seguro social, mantendo além disso a assistência médica hospitalar, financiando a construção de casas operárias e ampliando direta ou indiretamente os meios de elevar o nível profissional, melhorar a saúde e prover

a segurança do lar e a educação da prole do trabalhador (VARGAS, 2011, p. 470).

Alguns destes benefícios não se limitaram à cidade, sendo os trabalhadores rurais também atendidos, considerando as distintas realidades. Nesse sentido, entre alguns dos benefícios citados estão: a extensão da sindicalização ao campo, propostas de distribuição de terras e, mesmo na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) havia artigos que os mencionava (LAGO, 2015).

No Estado Novo, o trabalhador, embora estivesse “dignificado” e fosse um elemento importante para a base do governo, era considerado como máquina de produção, para atingir o desenvolvimento e a disciplinarização da força de trabalho. A tônica do momento, o trabalho, contribuiu para a conformação da cultura política brasileira, momento que foi denominado por Gomes (2002) como invenção do trabalhismo.

Para a historiadora, o trabalhismo, como cultura política brasileira, deve ser compreendido como um conjunto de ideias, valores, rituais e vocabulários vinculados à promessa de justiça social. Essa invenção seria realizada não apenas por Vargas, mas também por Marcondes Filho, por outros ideólogos, pela propaganda política, enfim, pelo governo varguista e todo seu aparato. Ainda que para a autora a consagração do trabalhismo advenha dos anos 1940, para nós, o trabalhismo tem suas raízes ainda nos anos 1930, a partir da entrada de Vargas na cena política nacional. Uma série de propostas e imagens, apropriadas e ressignificadas do próprio discurso dos diversos movimentos dos trabalhadores, que seriam retomadas no Estado Novo, estiveram presentes já no Manifesto da Aliança Liberal, em 1929, como, por exemplo, a forma de tratar a questão social e a ideia e imagem da conciliação de classes. Tais propostas e imagens seriam amplamente utilizadas, reforçadas e consagradas no Estado Novo.

Como ideologia, projeto e cultura política, o trabalhismo lança raízes na experiência do movimento operário e sindical da Primeira República que o Estado Novo procurou negar e apagar. Em outras palavras, se o trabalhismo foi inventado no período pós-1930, não foi de forma fortuita, arbitrária e a partir do nada, senão da apropriação e da ressignificação de

elementos simbólicos e das demandas e aspirações dos trabalhadores no período anterior. Para tal invenção era preciso novas imagens do trabalho e do trabalhador e, neste sentido, nossa proposta de reinvenção dos trabalhadores estaria inserida na invenção do trabalhismo.

Mis Queridos Descamisados: os trabalhadores nos discursos políticos de Perón (1946-1955)

Tal como no Brasil, o vocativo “Mis Queridos Descamisados” contribui para pensarmos parte significativa do público ao qual os discursos políticos de Perón eram dirigidos: os trabalhadores, sobretudo pela construção distinta dos imaginários sociais sobre os trabalhadores pelo discurso oficial na Argentina. Apesar de o termo ter sido empregado, sobretudo a partir de outubro de 1945, e adotado por Perón e pela propaganda peronista, principalmente nos Dias de Lealdade, os 17 de outubro, também vale fazermos três considerações acerca do momento anterior à presidência de Perón, momento no qual também seria iniciada a construção dos imaginários sociais sobre os trabalhadores e da imagem e relação entre Perón e os trabalhadores.

O primeiro é com relação à reformulação do trato da questão social-de questão de polícia para questão governamental-, a partir do governo autodenominado da “Revolução Nacional”, em 1943. A partir do cargo de Secretário de Trabalho e Previdência, Perón iniciaria um contato direto com os trabalhadores que apoiavam as políticas do novo governo e também começaria a forjar novas imagens sobre o trabalho, o trabalhador e as relações entre o Estado e a classe trabalhadora que, a partir de 1944, seriam mediadas por ele. O segundo é relacionado à tônica do peronismo, a justiça social, que também já começaria a ser utilizada, sobretudo para demarcar o “novo” momento, em contraposição ao “velho”.

Nos discursos políticos de Perón como Secretário os tempos anteriores à “Revolução de 43” já eram retratados como de exploração, sofrimento, dor, miséria e injustiça em contraposição ao “novo”, em que a justiça social era defendida e buscava-se implantá-la. Com a chegada de Perón ao poder, em

1946, estas imagens, que começavam a ser projetadas, seriam consagradas. Também vale lembrar que, embora a mencionemos adiante, grande parte da legislação trabalhista criada na Argentina é do período anterior à presidência de Perón, quando ele ocupava o cargo de Secretário e, assim, a mesma foi utilizada tanto para ser combinada com os aspectos simbólicos e materiais entre os anos 1944-1945, quanto nos discursos políticos finais de 1945 e a própria propaganda política para presidência.

Do mesmo modo que no Brasil, a outra face do discurso oficial sobre a relação amistosa era justamente a censura e a repressão aos trabalhadores e demais opositores do regime, como o caso da *Central General del Trabajo* (CGT) número 2, de cunho predominantemente comunista, cuja sede foi fechada no dia 21 de julho de 1943 e suas atividades foram proibidas em todo o território nacional.

Em 1946, por eleições diretas, Perón seria eleito como Presidente da Argentina pelo Partido Laborista, sendo reeleito sob a sigla do Partido Peronista em 1951 e derrubado por um golpe militar em 1955. De acordo com Capelato (2009), no primeiro governo, Perón contou com o apoio dos trabalhadores, de grupos nacionalistas, de setores das Forças Armadas e da Igreja.

Por não considerarmos o Primeiro Peronismo como um momento homogêneo, nos inspiraremos na periodização proposta por Plotkin (2013), ainda que, por questões metodológicas, neste artigo, adaptaremos a periodização e trataremos o peronismo em dois momentos principais. O primeiro referente ao primeiro governo, isto é, entre os anos 1946-1951 e o segundo referente ao segundo governo, isto é, de 1952-1955.

Vale mencionarmos o contexto econômico favorável deste primeiro momento. Com o fim da Segunda Guerra, o país devedor tornou-se credor graças à colocação de seus produtos agropecuários no mercado europeu. O governo peronista tentou reforçar o setor industrial da economia com a ajuda do setor agrícola, reduzir a influência estrangeira na economia, sobretudo as referentes ao setor público, e outorgar para o Estado o papel decisivo na regulamentação da economia com o Plano Quinquenal (1946-1951).

Ainda que a agroexportação continuasse sendo a principal fonte de divisas houve um aumento do número de estabelecimentos industriais

e de trabalhadores, que duplicou entre 1935 e 1946, sendo que a indústria passou a ser o centro dinâmico de acumulação de capital na metade dos anos 1940. Tal situação contribuiu para a melhora do nível de vida dos argentinos, tal como da propagação da imagem de “mundo feliz”.⁴ Já no segundo governo, por questões que serão mencionadas adiante, o descontentamento era visível por parte dos grupos nacionalistas e da Igreja, que acabou rompendo com o governo.

Para comemorar a ascensão do peronismo foi proposto um calendário festivo, composto por diversos espetáculos de poder. Tais momentos tinham algumas características comuns aos brasileiros, sobretudo a composição dos desfiles, os discursos políticos dos governantes, as homenagens ao governante e os presentes da festa (que, no caso do peronismo, eram premiações, que eram ofertadas no 17 de outubro, o que também revela a diferença de importância das datas fundacionais e dos Primeiros de Maio no Brasil e na Argentina). O diferencial dos espetáculos de poder do peronismo estava nos discursos políticos de representantes dos trabalhadores, como os dirigentes da CGT, e a presença das mulheres nas premiações, com o concurso próprio, conhecido como *Reina del Trabajo*.

Vale assinalarmos as especificidades e particularidades destes momentos no varguismo e no peronismo. No tocante ao papel do trabalhador, o discurso oficial varguista reproduzia imagens do trabalhador em uma posição “passiva”, sem “voz”, isto é, não compunha os discursos políticos das comemorações e,⁵ menos ainda, cargos do governo, enquanto o discurso oficial peronista procuraria produzir outros tipos de imagens sobre a relação dos trabalhadores com Perón, projetando o “novo” trabalhador em uma posição “ativa”, com “voz”. Além disto, alguns cargos importantes do governo foram atribuídos aos trabalhadores sindicalizados, como da Secretaria de Trabalho e Previdência, posteriormente, Ministério

⁴ Os trabalhadores opositores do regime compunham a oposição ao “mundo feliz”. Entre os estudos sobre a atuação dos trabalhadores no Primeiro Peronismo, ver Gustavo Contreras (2016), no *Dossiê* “Los trabajadores durante los años del primer gobierno peronista. Nuevas miradas sobre sus organizaciones, sus prácticas y sus ideas (1946-1955).

⁵ Com exceção do primeiro ano, 1938, em que discursou Luis Augusto França, o presidente da União dos Sindicatos dos Empregados do Distrito Federal.

do Trabalho, dirigido por José Maria Freire, do grêmio dos vidraceiros, do Ministério Interior, dirigido por Ángel Borlenghi, dos empregados do comércio, entre outros.

Ainda que possamos questionar os limites de atuação dos trabalhadores em tais cargos, nos interessa mais pensar o significado simbólico dos trabalhadores em cargos importantes do governo peronista. O significado pode ser compreendido a partir de dois aspectos mais amplos: o reforço de imagens como um governo de e dos trabalhadores; e, conseqüentemente, o reforço de imagens de apoio, coesão e lealdade, a partir do fortalecimento dos laços entre Perón e os trabalhadores, uma vez que ele seria o primeiro governante a “dar” a oportunidade aos trabalhadores de atuar no governo. Além de diferenciar também as imagens produzidas e reproduzidas no varguismo e no peronismo, isto é, o varguismo como um governo para os trabalhadores e o peronismo como um governo para, de e dos trabalhadores (LAGO, 2015).

Com relação aos discursos políticos, Perón também descrevia um “tempo novo”, apresentava uma “nova” Argentina, um “novo” tipo de governante e, assim, os trabalhadores não poderiam ter as mesmas representações do momento anterior. A marcação do novo tempo argentino revela não apenas outro posicionamento do governante diante da classe trabalhadora como também novas formas de se referir e se relacionar com ela, agora, como força política e social do governo. Entre as imagens dos trabalhadores,⁶ que aparecem nesses discursos políticos do “novo” tempo estavam a de unidos, leais, sinceros, dignos, conscientes e alegres. Com relação às imagens, notemos a retomada que propiciou o “novo” tempo:

⁶ Marcela Gené (2008), ao analisar as imagens dos trabalhadores na propaganda política do Primeiro Peronismo, identificou cinco versões de suas representações: o descamisado, o trabalhador industrial que para nós é o “obrero”, o “corpo do campo” que para nós é o “peón rural”, a família peronista, que seriam os trabalhadores de maneira geral, que para nós é o “trabajador” e as enfermeiras, representando as mulheres. Assim, tal como Gene (2008) encontrou na propaganda política, nós encontramos estas imagens mais específicas sobre o trabalhador nos discursos políticos.

Desfilan por nuestra imaginación y por nuestro recuerdo los días vividos a través de las etapas reivindicatorias de la Patria que comenzaron en junio de 1943. Primero, las reformas que fueron como la iniciación y la siembra de la simiente que había de cristalizar y florecer a lo largo del trabajo y sudor argentino. Después, el gobierno, nuestro gobierno, el gobierno del pueblo, el gobierno de los descamisados, el gobierno de los pobres, de los que tienen hambre y sed de justicia. Por eso, en esta plaza, la histórica Plaza de Mayo de todas nuestras epopeyas, han latido al unísono amalgamados en un solo haz todos los corazones humildes que por ser humildes son honrados, son leales y son sinceros. Después, la Constitución, la Constitución Justicialista, que ha hecho de la tierra argentina una Patria sin privilegios y sin escarnios; que ha hecho del pueblo argentino un pueblo unido, un pueblo que sirve al ideal de una nueva Argentina, como no la han servido jamás en nuestra historia. Esas tres etapas vividas por el pueblo argentino: la reforma, el gobierno y la Constitución argentina, nos han dado un estado de justicia y un estado de dignidad y nosotros los transformaremos en un estado de trabajo (PERÓN, 1949, s/p).

Podemos observar a relação direta que Perón estabelece entre as suas ações, ações do governo, com a nova situação do trabalhador. Vale assinalar outros dois aspectos que distinguem os imaginários sociais sobre os trabalhadores no varguismo e no peronismo: os “tempos” da mudança; e o trato da história do movimento dos trabalhadores no Brasil e Argentina. Com relação à “mudança”, como assinalou Capelato (2009), embora ambos os governos representassem a “mudança”, as formas e o tempo em que ocorreriam eram diferentes. Para Vargas era preciso reformar o Estado para atingir a justiça social, ou seja, algo que estava no futuro. Enquanto a tônica de Perón era a justiça social, como a primeira e única forma de atingir a igualdade social e os direitos sociais, ou seja, era algo que estava no presente. Ainda segundo a historiadora, outro fator que contribuiu para as modificações importantes no mundo do trabalho foi o contexto econômico favorável da Argentina, em que era possível ter a percepção

real da melhora das condições de vida dos trabalhadores, decorrente de aspectos já mencionados.

Sobre o trato da história, na Argentina, até mesmo pelos acontecimentos que relacionaram Perón aos trabalhadores, como o de 17 de outubro de 1945, e por ter sido eleito presidente a partir de um partido dos trabalhadores, o Partido Laborista, não foi possível apagar a história dos trabalhadores ou parte dela, pois lhe auxiliou a chegar à presidência e constituía base de apoio significativo ao novo governo. Deste modo, pelo discurso oficial, Perón tentou se apropriar da luta dos trabalhadores, colocando-se como o grande condutor e responsável pela nova condição dos trabalhadores:

Este 1º de mayo, el primero desde que me encuentro en el Gobierno, lo festejamos como fiesta incorporada a las grandes efemérides de nuestra Patria [...]. Hemos logrado conformar la conciencia social de nuestro pueblo, donde un gobierno de trabajadores marcha al frente de la columna obrera más grande que pueda haberse formado en esta tierra (PERÓN, 2002 [1947], p. 40).

Os discursos políticos do governante procuravam difundir a ideia de que a partir da sua entrada em cena política nacional, os Primeiros de Maio seriam não apenas comemorados como também festejados. Também vale mencionar a apropriação da data⁷ e a imagem que seria construída, progressivamente, de Perón como o grande condutor da história dos trabalhadores argentinos, utilizando-se do título de “primeiro trabalhador” argentino.

O título, recebido por um trabalhador ainda quando era Secretário de Trabalho e Previdência, em 1944, era utilizado nos discursos políticos para se aproximar ainda mais dos trabalhadores. Sob o “título”, Perón procurava mostrar, por um lado, a identificação que tinha com os trabalhadores, com

⁷ Segundo Plotkin (2013), a partir do Primeiro de Maio de 1949, o governo ordenou que todas as celebrações do Primeiro de Maio não peronistas deveriam ser antecipadas para o dia 30 de abril, para que não interferissem na celebração oficial.

respeito às suas aspirações e demandas, e por outro lado, o exemplo a ser seguido. “Primeiro trabalhador” também revelava a disputa simbólica da “voz” legítima ou do representante legítimo dos trabalhadores. Tal disputa seria composta pela combinação de, pelo menos, dois aspectos mais amplos: o primeiro seria o uso do “passado”, quando Perón ainda era s, para reafirmar as políticas sociais implantadas e o início da sua relação com os trabalhadores; e o segundo seria a produção e a reprodução de imaginários políticos no presente momento em que estava governando.

Com relação à retórica dos discursos políticos de Perón, para James (2013), o discurso peronista tomava a consciência, os hábitos, os estilos de vida e os valores da classe trabalhadora tal qual encontrava e o colocava como base suficiente para a rápida consecução de uma sociedade justa e igualitária. Ainda segundo o autor, esses aspectos tornavam o discurso peronista mais concreto e imediatista do que as demais correntes, como as socialistas e os comunistas, que anunciavam mudanças estruturais abstratas de longo prazo, dependendo de uma consciência apropriada da classe trabalhadora.

Ademais, ainda para o autor, Perón se diferenciava de caudilhos ou caciques políticos tradicionais, pois proclamava que o Estado só poderia ser uma força social, defensor dos direitos sociais, se os trabalhadores tivessem unidos e organizados em torno e dentro dele, isto é, o Estado era o espaço onde os trabalhadores poderiam atuar político e socialmente para estabelecer as suas exigências e garantir seus direitos e a justiça social. Estes argumentos conformavam a própria Doutrina Justicialista e a cultura política configurada também neste momento, o justicialismo peronista.

Ainda que em bases distintas do trabalhismo varguista, o justicialismo peronista também pode ser compreendido como um conjunto de ideias, valores, rituais e vocabulários vinculados à justiça social. A partir do discurso oficial, podemos observar que o justicialismo também lança raízes na experiência do movimento operário e sindical dos anos anteriores a 1943, mas, diferentemente de Vargas, Perón não negaria a experiência, mas se apropriaria das demandas e aspirações dos trabalhadores, ressignificando e os elementos simbólicos e se colocando como o grande condutor dos trabalhadores. Para a invenção da cultura política peronista também foi

preciso construir novas imagens do trabalho e do trabalhador e, neste sentido, nossa proposta de reinvenção dos trabalhadores também está inserida na invenção do justicialismo.

Como “pano de fundo” dessas imagens, dois aspectos eram fundamentais: a ideia, imagem e significado da cidadania; e a forma de retribuição ao que era “doado” pelo governo. Com relação à cidadania, para James (2013), o atrativo político fundamental do peronismo para os trabalhadores residiu na sua capacidade para redefinir a noção de cidadania, inserindo-a em um contexto mais amplo, essencialmente social. Assim, o discurso peronista negava a validade da separação entre Estado e política por um lado e sociedade civil por outro, definida pelo liberalismo.

Com relação à doação, Perón também procurou associar as benesses “concedidas” por ele ao apoio e lealdade dos trabalhadores argentinos ao seu projeto político: “yoleshe dado una doctrina justicialista, heasegurado una justicia social, he conquistado una libertad económica, leshe dado una realidad política, todo consolidado en la Constitución Justicialista” (PERÓN, 1950, s/p).

No tocante à legislação social, entre as leis mais mencionadas figuravam: o 13º salário, fixação do salário diário para os acidentados no trabalho; lei do salário-mínimo; o regime de trabalho para menores; a cobrança de salários nos feriados; criação do Instituto Nacional de Previdência Social; criação da Administração Nacional da Moradia para os trabalhadores e aprovação do regime legal das Associações Profissionais, que regulamentava o funcionamento dos sindicatos (LAGO, 2015). No tocante aos trabalhadores rurais, Vanderlei Ribeiro (2008) afirma que alguns dos direitos trabalhistas seriam estendidos aos trabalhadores rurais, adaptado à realidade deles. Para isso o autor destaca o *Estatuto del Peón* de 1944 e a *Comisión Nacional del Trabajo Rural*, criada pela lei nº 13.020, encarregada de regular as relações de trabalho não estáveis. Entre as leis criadas estavam as referentes à: criação de sindicatos; limitação de jornada de trabalho; entre outros.

Além destas leis trabalhistas, o governo peronista também se destacou por suas políticas sociais, como os direitos dos idosos e das crianças, o plano de assistência médica para os humildes (*Plan Carillo*), a educação primária e universal e gratuita, as políticas de habitação, entre

outras. Do mesmo modo, destacamos a *Fundación Eva Perón* como o centro das políticas sociais, sendo que sua atuação ocorria em distintos campos como a saúde, a educação, o turismo e a assistência social.

A legislação trabalhista e as políticas sociais seriam amplamente mencionadas nos discursos políticos estudados para legitimar também os próprios imaginários sociais construídos. A combinação da dimensão “material” com a simbólica constitui, para nós, a reinvenção dos trabalhadores no peronismo. Reinvenção, pois também consideramos que no momento anterior à década de 1940, os trabalhadores argentinos e os outros governos também procuraram inventar imaginários sociais sobre os trabalhadores.

Os usos das imagens e a legislação seriam intensificados no segundo governo de Perón, em razão da debilidade da situação econômica e, conseqüentemente, política. No período Pós-Segunda Guerra Mundial, por distintos fatores, foi iniciada uma crise do setor externo argentino, que teve conseqüências na atividade industrial nacional, pela dificuldade de importar máquinas e equipamentos, impulsionando a inflação. Além disso, os subsídios públicos foram cortados e os salários reais começaram a declinar, o que ocasionou uma sucessão de greves. Diante desse cenário, o governo peronista mudaria algumas de suas políticas, sobretudo com relação à atração de capitais estrangeiros, promovendo inclusive uma campanha que diminuía as restrições às importações de máquinas e equipamentos, tal como o envio dos dividendos para fora do país (BAILY, 1986).

O cenário de “mundo feliz” do primeiro governo já não existia mais e, assim, o segundo governo enfrentaria maiores dificuldades com os trabalhadores. As greves dos trabalhadores somadas ao acirramento da oposição sindical e à morte de Eva Duarte Perón contribuiriam para o cenário complexo instaurado. Decorrente deste contexto, no segundo governo de Perón (1952-1955), os discursos políticos teriam um tom mais agressivo, além do “reforço” da imagem dos trabalhadores como organizados e conscientes de seu papel e força política no país, tal como a lealdade ao presidente. Ademais, os trabalhadores eram convocados a lutar pela grande causa do governo, a justiça social. Todos estavam convocados para a “batalha” contra os inimigos da pátria, que estavam insatisfeitos

com os logros do país até o momento e com os rumos futuros. Perón convocava, explicitamente, os trabalhadores para uma “batalha” contra os inimigos internos e externos da Argentina:

Estamos en un momento en que todos debemos de preocuparnos seriamente, porque la canalla no descansa, porque están apoyados desde el exterior. Decía que es menester velar en cada puesto con el fusil al brazo. Es menester que cada ciudadano se convierta en un observador minucioso y permanente porque la lucha es subrepticia. No vamos a tener un enemigo enfrente: colocan la bomba y se van. Aumentan los precios y se hacen los angelitos. Organizan la falta de carne y dicen que ellos no tienen la culpa. Al contrario, por ahí, en un diario, sacan un artículo diciendo que ellos, en apoyo del Gobierno, quieren que venga la carne, pero la carne no viene. Todo esto nos está demostrando que se trata de una guerra psicológica organizada y dirigida desde el exterior, con agentes en lo interno. Hay que buscar a esos agentes, que se pueden encontrar si uno está atento, y donde se los encuentre, colgarlos en un árbol (PERÓN, 1952, s/p).

A partir do segundo Governo ficaria mais evidente a oposição entre um “nós” pleno, substancial, que coincide com o coletivo “argentino”, “pátria”, e um “eles” pleno, racional, que coincide com o coletivo “antiargentino”, “antipátria”. O adversário não tinha um projeto político, mas era aquele que colocava obstáculos ao projeto político de Perón, coincidente com a verdade e a realidade argentina. Por essas razões, Perón aclamava pelo apoio não apenas dos trabalhadores, mas também do povo, de todos os argentinos:

Yo no podría pedirle al pueblo el apoyo para otra cosa, pero para eso le pido y deseo el apoyo total y sincero del pueblo. Ese apoyo ha de ser para combatir a los malos argentinos y para combatir también a los malos peronistas y a muchos que se mueven entre nosotros disfrazados de peronistas (PERÓN, 1952, s/p).

Para nós, o uso do termo “povo”, ainda que inclua os trabalhadores, com mais frequência do que o termo “trabalhadores”, sugeria o apoio mais amplo ao governo e a Perón. O “povo” e os “bons” argentinos, peronistas, deveriam lutar contra os “maus” argentinos, aqueles que estavam contra a grande obra do governo.

Considerações finais

Procuramos apresentar breves reflexões sobre as distintas construções dos imaginários sociais sobre os trabalhadores, a partir do discurso oficial, no varguismo e no peronismo. Após a análise destas construções propusemos a noção de uma reinvenção sobre os trabalhadores nestes momentos, na medida em que os discursos oficiais procuraram inventar ou reinventar outras imagens não apenas sobre os trabalhadores, mas, principalmente, sobre a relação dos trabalhadores com o Estado e com os governantes, que expressavam o “tempo novo” no Brasil e na Argentina.

Refletir sobre tais reinvenções é também refletir sobre as distintas formas de produção e reprodução dos discursos oficiais sobre os trabalhadores. Com relação aos discursos oficiais, vale assinalar, que tais discursos, compreendidos como uma forma de expressar os imaginários sociais, não necessariamente, correspondem à “verdadeira” atuação ou a “história” dos trabalhadores nestes momentos. Tais discursos oficiais selecionaram determinados elementos e forjaram uma versão específica destes momentos: as suas, ou seja, a do varguismo e a do peronismo e, em nosso caso, a de Vargas e de Perón. Portanto este trabalho compõe uma das versões forjadas sobre o varguismo e o peronismo e a relação com os trabalhadores, possível de análise e reflexão, em um primeiro momento, e de comparação ou contraposição com outras versões, em estudos posteriores.

Com relação aos imaginários sociais apresentados, ainda que buscassem atingir os “corações” e “mentes” dos trabalhadores e produzir imagens de apoio, coesão e legitimidade destes governos, vale assinalarmos que não consideramos recepções homogêneas, senão múltiplas, complexas e não lineares, justamente pela importância do sentido destas produções.

A multiplicidade destes fenômenos pode ser observada a partir daqueles estudos que utilizaram as cartas enviadas a Vargas e a Perón, como os de Ferreira (1997) e de Ribeiro (2008), onde é possível notar que os resultados destas produções são imprevisíveis e o fazer crer e o querer crer a partir destes discursos políticos selecionamos nem sempre estão juntos com o crer.

Referências

- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.
- BAILY, Samuel. *Movimiento obrero, nacionalismo y política en la Argentina*. Buenos Aires: Paidós, 1986.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2013.
- CONTRERAS, Gustavo Nicolás; MARCILESE, José (Org.). *Los trabajadores durante los años del primer gobierno peronista. Nuevas miradas sobre sus organizaciones, sus prácticas y sus ideas (1946-1955)*. 2013. Disponível em: <<http://historiapolitica.com/dossiers/trabajadores-peronismo/>>. Acesso em 12 de janeiro de 2016.
- FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário da cultura popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- _____. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GENÉ, Marcela. *Un mundo feliz: imágenes de los trabajadores en el primer peronismo 1946- 1955*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica; Universidad de San Andrés, 2008.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2002.
- _____. Reflexões em torno do populismo e do trabalhismo. *Varia História*, n. 28, p. 55-68, 2002.
- JAMES, Daniel. *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

- LAGO, Mayra Coan. *Trabalhadores do Brasil, Mis Queridos Descamisados: a (re)invenção dos trabalhadores no varguismo e no peronismo*. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) - Programa de Pós-graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.
- PERÓN, Juan Domingo. *Obras completas del General Juan Domingo Perón*. Discursos de Juan D. Perón, 1946-1955. Buenos Aires: Unión del Personal Civil de la Nación, s/d.
- PLOTKIN, Mariano Ben. *Mañana es San Perón: propaganda, rituales políticos y educación en el régimen peronista (1946-1955)*. Sáenz Peña: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2013.
- RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Cuestiones Agrarias en el Varguismo y El Peronismo*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2008.
- TORRE, Juan Carlos. *Ensayos sobre movimiento obrero y peronismo*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.
- VARGAS, Getúlio Dornelles. *Getúlio Vargas*. Maria Celina D´Araújo (Org.). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.